

FÉ E CULTURA BARROCA SOB O MANTO MERCEDÁRIO: DEVOÇÃO, RELIGIOSIDADE E VIVÊNCIAS A PARTIR DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS DE MARIANA (1749-1822)¹

*Vanessa Cerqueira Teixeira*²

A quem desejasse conhecer uma das cidades mineiras no século XVIII, encontraria, em meio às montanhas e aos caminhos recém-desbravados, uma grande proliferação de igrejas correspondentes às mais variadas irmandades, sempre destinadas a uma particular devoção. As ruas estreitas e movimentadas, que por muito tempo seguiram o ritmo da exploração aurífera, possuíam visadas para as altas torres que badalavam constantemente seus sinos. Nesse período, muito importava a família a que se pertencia, os laços de amizade, os arranjos de casamento e a agremiação religiosa escolhida. Pertencer a uma irmandade era garantia de uma rede de relações sociais possíveis, auxílio mútuo, demarcação de lugar ocupado em uma sociedade hierarquizada e desigual, como as de Antigo Regime, além dos benefícios religiosos que proporcionariam a salvação após a morte. Em dias festivos elas não economizavam na pompa, utilizando seus escassos recursos financeiros, pois aparecer era legitimação de poder, e a exteriorização da fé caminhava lado a lado à manutenção da estratificação social.

As irmandades religiosas³, de forma geral, foram agremiações de pessoas que se uniam por interesses e devoções em comum a partir de um santo protetor, geralmente divididas por critérios como cor, condição, naturalidade ou profissão. Inspiradas nas ordens mendicantes, sua origem remete à Idade Média Ocidental, mais exatamente ao século XIII, e representaram a conquista dos fiéis pela participação na vida religiosa⁴. Elas edificavam seu templo, administravam a vida religiosa local e prestavam auxílio mútuo entre seus membros durante a vida, seus momentos finais e

¹ Este artigo é um recorte da Dissertação de Mestrado intitulada “*Fé e cultura barroca sob o manto mercedário: hierarquias, devoções e sociabilidade a partir da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana*”, orientada pela Prof^a Dra. Célia Maia Borges na Universidade Federal de Juiz de Fora, e que contou com o financiamento de uma bolsa da Capes e foi defendida em fevereiro de 2017.

² Doutoranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Bolsista Capes. E-Mail: <vanessa.teixeira@ufv.br>.

³ Quando as instituições eram reguladas por Estatutos, formando uma organização hierarquizada com caráter seletivo e restritivo de admissão de membros, seriam chamadas de irmandades. As confrarias eram as associações mais voltadas à promoção de eventos e cultos religiosos públicos. Entretanto, muitos autores preferem não fazer distinção entre os termos, visto que tal separação não era clara nem mesmo nas fontes documentais. Esclarecemos, portanto, a utilização dos dois termos para nos referirmos ao associativismo leigo. Já as ordens terceiras eram as associações que se preocupavam com os ideais de perfeição da vida cristã, sendo administradas pelas normas e costumes específicos da ordem primeira a que pertenciam. SALLES, Fritz Teixeira de. *Associações religiosas no Ciclo do Ouro*. Belo Horizonte: UFMG, 1963. BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

⁴ BORGES, Célia Maia. *Escravos e libertos nas irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais, séculos XVIII e XIX*. Juiz de Fora: UFJF, 2005. VAUCHEZ, André. *A espiritualidade na Idade Média ocidental: séc. VIII-XIII*. Lisboa: Estampa, 1995.

após a morte. Na Idade Moderna disseminaram-se da Europa para os novos territórios recém-povoados com a expansão marítima, chegando também à América portuguesa, onde tiveram papel preponderante durante os períodos colonial e imperial, com destaque para a região mineira, tendo em vista as restrições de entrada do clero regular. Além de reforçarem demarcações hierárquicas, essas associações leigas também possibilitavam uma maior participação dos homens de cor na sociedade, bem como contribuía para a constituição de identidades e para a interação e ascensão sociais⁵.

No que se refere à Capitania de Minas Gerais no período colonial, Fritz Teixeira de Salles pontuou as preferências de cada grupo social ao se filiar às irmandades, mesmo que muitos indivíduos se assentassem em várias agremiações. Estas eram reprodutoras de hierarquias e desigualdades, pois pertenciam ao contexto específico em que estavam inseridas, o do Antigo Regime. Contudo, a partir de estudos recentes observamos como pode ser fluida tal estruturação de grupos no meio confrarial. Segundo o autor, os homens brancos geralmente entravam para as irmandades do Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora da Conceição, São Miguel e Almas e Bom Jesus dos Passos. Em meados do XVIII surgiram ainda as Ordens Terceiras de São Francisco de Assis e Nossa Senhora do Carmo, que também atraíam as “elites” locais. Os negros, africanos escravos ou forros, se associavam às Irmandades de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia, já os pardos a São Gonçalo ou São José, enquanto os crioulos à Irmandade de Nossa Senhora das Mercês⁶.

Dito isso, neste artigo adentraremos no universo das irmandades, abordando uma associação específica e um recorte tempo-espacial delimitado. Optamos pela escolha da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês localizada na cidade de Mariana, em Minas Gerais, sendo um importante núcleo urbano e minerador, além de uma região privilegiada enquanto sede do bispado. Já o recorte temporal estabelecido corresponde à fundação e desenvolvimento da agremiação durante o período colonial. A partir de uma perspectiva cultural⁷, objetivamos a análise da instituição,

⁵ A proibição da entrada do clero regular na região acontecera sob a alegação de que ele se envolveria no extravio do ouro, além de estimular a população ao não pagamento de impostos. Além disso, “no caso especial de Minas, o controle político sobre a atuação de colonos e religiosos foi muito forte, em virtude de fatos ocorridos, sobretudo, nos primeiros dois decênios do século XVIII, em que eclesiásticos se envolveram em rebeliões, sendo, por isso, vistos como elementos desestabilizadores do sistema. Acrescente-se a isso o fato dos eclesiásticos das ordens primeiras (Jesuítas, Carmelitas, Beneditinos e Franciscanos) não se subordinarem à Coroa nem aos Bispos diocesanos, mas à sua própria hierarquia”. BORGES, *Escravos e libertos...*, p. 57.

⁶ Para Libby e Frank, no Setecentos mineiro o termo *crioulo* se referia ao negro nascido no Brasil com mãe de origem africana, nascendo escravo quando filho de mãe escrava e livre quando filho de mãe forra. O crioulo, portanto, se diferenciava do *negro*, termo usado para designar o africano traficado, que poderia ser apenas escravo ou forro. Já o termo *pardo* seria usado para os nativos de alguma ascendência africana, fazendo referência à tonalidade da pele, se tratando principalmente da miscigenação de origens africanas e europeias. LIBBY, Douglas Cole; FRANK, Zephyr. “Voltando aos registros paroquiais de Minas colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810”. *Revista Brasileira de História*, vol. 29, n. 58, 2009, p. 383-415.

⁷ A formação de uma história cultural entre as décadas de 1970 e 1980 teve como objetivo a identificação de uma determinada realidade socialmente construída em um determinado tempo e espaço. Nesse caminho, três conceitos apareceram como fundamentais, a saber, as práticas, as representações e a apropriação. Para além de resgatar o estudo dos grupos e das estratificações, o

das práticas compartilhadas pelos membros em interação e da religiosidade vivenciada, entrelaçando a temática das irmandades ao desenvolvimento de uma cultura barroca. Nesse sentido, destacamos sua função caritativa de assistência frente às doenças e à morte, bem como ressaltamos a “economia das almas” e a exteriorização⁸ da fé. Desempenhando obras para o bem viver e o bem morrer, essas associações tinham como grande obrigação socorrer os irmãos zelosos que precisassem de auxílio a qualquer instante. Como espaços de socialização onde ocorriam trocas e ressignificações culturais, se transformavam em uma certeza de encontro com seus semelhantes a partir da prática dos ritos e da vivência religiosa. Sendo assim, buscaremos também a compreensão das percepções religiosas dos membros agremiados, e de como seus medos e crenças levavam a certas posturas em seu cotidiano.

A Devoção Mercedária: Suas Origens, a Mediação da Virgem e a Redenção dos Cativos

A história de Nossa Senhora das Mercês tem origem espanhola, datada aproximadamente de 1218, período marcado pela dominação dos mouros que tomavam parte da Península Ibérica e obrigavam os cristãos a se tornarem seus cativos. Estes só alcançariam a liberdade se convertidos à fé islâmica. A relação duradoura e conflituosa entre cristãos e muçulmanos esteve intrinsecamente ligada ao histórico de Nossa Senhora das Mercês, enquanto grande mediadora dos fiéis escravizados. Como apontou John Bossy, o Islão era o maior inimigo do Reino Cristão, e tal fato era sempre reafirmado nos âmbitos político e religioso. Dessa forma, é de suma importância ter em vista a imagem dos inimigos do mundo cristão tanto na Europa em geral, como nos casos específicos da Espanha, de Portugal e seus

papel dos indivíduos como agentes ativos e em constante interação foi reafirmado, destacando as vivências, os conflitos e as relações. As representações, enquanto percepções do social, não seriam discursos neutros, pois poderiam produzir estratégias impondo uma autoridade. Por isso a importância de se pensar nas lutas de representação. Quanto à apropriação, é preciso destacar que consiste no mecanismo de recepção e do uso diferenciado dos referenciais. No lugar de uma leitura passiva da realidade, em que um determinado sentido estaria intrínseco às mensagens e precisasse apenas ser compreendido, buscamos a atuação dos sujeitos no processo interpretativo. CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

⁸ É importante pontuar que ao utilizarmos o termo “exteriorização” não descartamos o conteúdo devocional e a importância da fé presente em qualquer tipo de manifestação ou expressão religiosa. Partimos sempre do pressuposto de que os ritos e os cultos carregados de aspectos dramáticos não condicionavam que a religiosidade fosse menos profunda e desprovida de sentido. Optamos pelo termo “exteriorização” para analisar o que seria visivelmente a exaltação e as demonstrações da fé, como também para compreender como os fiéis expressavam suas crenças em seu comportamento cotidiano. Cf. BORGES, Célia Maia. “A Festa do Rosário: a alegoria barroca e a reconstrução das diferenças”. *Barroco Ibero Americano – território, arte, espacio y sociedad*. Sevilha, vol. II, 2002, p. 1224-1231. DA MATA, Sérgio. “Religionswissenschaften e crítica da historiografia da Minas Colonial”. *Revista de História*, São Paulo, n. 136, 1997, p. 41-57.

domínios. Tal imagem era formada principalmente pelas visões do “inimigo infiel” e das “raças infectas”, juntamente à rejeição da religião do “outro”⁹.

A Ordem Real e Militar de Nossa Senhora das Mercês da Redenção dos Cativos teve origem pelos investimentos de São Pedro Nolasco e São Raimundo da Penaforte, junto ao rei de Aragão D. Jaime I. Segundo relatos da Ordem, a Virgem teria aparecido em sonho para os três homens em uma mesma noite. Ao consultar seu confessor, o teólogo Raimundo da Penaforte, Pedro Nolasco descobriu que a Virgem havia aparecido para ambos, fazendo o mesmo pedido de intercessão pelos cristãos cativos. Ao pedirem auxílio ao monarca de Aragão, ficaram ainda mais surpresos ao perceber que ele também havia recebido o mesmo chamado. Após a constatação de uma mesma aparição da Virgem, eles constituíram a Ordem com os votos de castidade, obediência e pobreza. Como deveriam proporcionar a libertação de escravos, desempenhavam também seu fim militar. A devoção difundiu-se por toda Europa, principalmente através das associações leigas que se formariam ao longo do século XIII, também inspiradas pelo surgimento das ordens mendicantes¹⁰.

Também muito difundida em Portugal, a devoção se manifestou através de ordens e confrarias, geralmente relacionadas ao ideal de limpeza de sangue. Na América portuguesa, a Ordem de Nossa Senhora das Mercês foi estabelecida no Estado do Maranhão e Grão-Pará. Os primeiros devotos mercedários que chegaram ao Brasil, de acordo com Augusto de Lima Jr., vieram do Peru em 1639 com Pedro Teixeira e se instalaram em Belém do Pará, onde a restrição de entrada aos puros de sangue se manteve como em Portugal. O culto ganhou amplo espaço, principalmente por seu caráter assistencialista, como nas confrarias de Santana. No litoral, esteve intimamente ligado à devoção de militares e cativos. Em outras regiões, como nas Minas Setecentistas, a devoção alcançaria a predileção dos crioulos, os negros nascidos nos domínios portugueses da América, na condição de cativos ou forros. Estes últimos se filiariam em agradecimento à graça concedida, enquanto aqueles em virtude da intercessão que ainda estaria por vir. A devoção iniciada para a libertação dos cristãos brancos sob o poderio mouro seria apropriada em um novo contexto, pois embora convertidos ao catolicismo, os africanos e seus descendentes permaneciam em cativeiro¹¹.

⁹ BOSSY, J. *A cristandade no Ocidente. 1400-1700*. Tradução de Maria Amélia Silva Melo. Lisboa: Edições 70, 1985, p. 97. TRINDADE, Cônego Raymundo. “Igreja das Mercês de Ouro Preto: documentos do seu arquivo”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 14, p. 161-162, 1959. PRECIOSO, Daniel. *Terceiros de cor: pardos e crioulos em ordens terceiras e arquiconfrarias (Minas Gerais, 1760-1808)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014, p. 35.

¹⁰ SILVA, Kellen C. *A Mercês crioula: estudo iconológico da pintura de forro da igreja de Nossa Senhora das Mercês dos Pretos Crioulos de São José Del Rei, 1793-1824*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de São João Del Rei. São João Del Rei, 2012, p. 59; PRECIOSO, *Terceiros de cor...*, p. 36-37.

¹¹ LIMA Jr., Augusto de. *História de Nossa Senhora em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, 2008; COELHO, Beatriz. *Devoção e arte: imaginária religiosa em Minas*. São Paulo: EDUSP, 2005.

As devoções marianas eram passíveis a distintas interpretações, sendo adaptadas de formas distintas, principalmente pelos negros e seus descendentes escravizados¹². Em suas diferentes invocações, a Virgem poderia representar tanto uma intercessora à libertação do cativo em vida, como das almas no purgatório; e este também foi o caso da Senhora das Mercês¹³. A primeira irmandade religiosa criada para seu culto nas Minas foi em Vila Rica na década de 1740, ocupando um altar lateral na capela do Senhor Bom Jesus dos Perdões de Antônio Dias¹⁴. Segundo Caio Boschi, cerca de vinte associações sob essa invocação foram fundadas em terras mineiras, e, a partir de agora, nos dedicaremos à análise de uma delas, embora recorramos a comparações quando necessário¹⁵. Com isso propomos ao leitor um mergulho na vivência confraternal e uma aproximação das concepções e das práticas compartilhadas por esses fiéis mercedários ao longo do período colonial mineiro.

Dinâmica Interna e Vida Associativa na Irmandade das Mercês de Mariana

A Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana foi criada em 1749 por crioulos que se entendiam como “nacionais do Reino e Conquista de Portugal”. Embora muitas associações de homens de cor não demarcassem restrições para entrada de membros, os fiéis mercedários estipularam em seu Livro de Compromisso que não seriam admitidos naturais da “Ethiopia”, salvo os da “Ilha de São Thomé”, por serem considerados seus semelhantes. Com isso, consideramos que os indivíduos identificados como crioulos buscavam se distinguir dos africanos, mesmo que estes tenham nascido em terras africanas que também correspondessem às conquistas portuguesas. Os integrantes da associação acharam interessante pontuar uma ressalva aos habitantes da Ilha de São Thomé, mas desconhecemos seus motivos. Ao fazer petição para entrar, os fiéis deveriam informar nome dos pais, pátria e onde foram

¹² Os santos e as devoções marianas foram indispensáveis no processo de ressignificação cultural por parte dos africanos, visto que elementos próximos de matrizes distintas eram reformulados, sendo fundamental que os sentidos permanecessem próximos às culturas de origem. As diversas etnias africanas que cultuavam seus ancestrais se aproximaram com maior facilidade do culto aos santos, se apropriando e criando suas reformulações. Ocorria, portanto, uma adaptação à nova realidade, e a interação de diferentes grupos no interior das irmandades favorecia o desenvolvimento de trocas materiais e simbólicas, não desconsiderando as tensões e relações de poder. BORGES, Escravos e Libertos..., p. 153.

¹³ DELFINO, Leonara Lacerda. *O Rosário dos irmãos escravos e libertos: fronteiras, identidades e representações do viver e morrer na Diáspora Atlântica – Freguesia do Pilar, São João Del-Rei (1782-1850)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2015. ARAÚJO, Manoela Vieira A. de. *Em busca da salvação: vivência da fé e vida cotidiana entre os irmãos de São Miguel e Almas. São João e São José Del Rei (1716-1804)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2013. SANT’ANNA, Sabrina Mara. *A boa morte e o bem morrer: culto, doutrina, iconografia e irmandades mineiras (1721-1822)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

¹⁴ PRECIOSO, *Terceiros de cor...*, p. 23.

¹⁵ As vinte associações correspondiam às seguintes localidades: Antônio Pereira, Bento Rodrigues, Catas Altas, Inficionado, Itabira do Campo, Prados, Sabará, Santa Bárbara, São Bartolomeu, São Caetano, São Gonçalo de Rio Abaixo, São João e São José Del Rei, São Manuel do Rio Pomba e Peixe, Sumidouro, Tijuco, Vila do Príncipe, Vila Rica (Freguesias de N. S. do Pilar e Conceição de Antônio Dias) e Mariana. BOSCHI, *Os leigos e o poder...*, p. 194.

batizados, visto que não seriam admitidos ladrões, vagabundos, feiticeiros e revoltosos. O documento ressalta ainda que brancos e pardos seriam aceitos, tendo em vista a necessidade de membros que soubessem ler, escrever e calcular para a ocupação de alguns cargos dirigentes¹⁶.

No Compromisso de outras irmandades mercedárias foi possível observar que seus membros também se identificavam como “pretos crioulos”, “vulgarmente chamados crioulos” ou ainda como os possuidores de “acidente de cor”. Em caso de irmandades que possuíam um maior número de membros livres ou alforriados, destacavam que eram “livres no temporal, mas cativos no espiritual”, como em São Gonçalo de Rio Abaixo (Freguesia de Santa Bárbara)¹⁷. Nesse sentido, como bem pontuou Daniel Precioso¹⁸, associações como a de Sabará e São Gonçalo reforçavam em suas normas que seu principal objetivo era a remissão dos irmãos nos cativeiros corporal e espiritual, ou seja, durante a vida e a morte. A forma como os irmãos se representavam em suas documentações nos ajuda a começar a compreender a formação de uma identidade e das fronteiras criadas nos meios confrariais.

Quanto às restrições de entrada, podemos contrapor a decisão tomada pela agremiação de Mariana com as Irmandades de Nossa Senhora das Mercês de São José e São João Del Rei, que aceitavam todas as pessoas de qualidade cristã, sem distinção de etnia, cor e condição social. Em capítulo próprio definido pela filial de São João, é expressa uma grande participação de irmãos escravos, e destacam em uma cláusula que todas as funções e atos públicos deveriam ocorrer em um horário que priorizasse o cumprimento dos serviços de seus senhores. O grande número de membros escravos e a necessidade de realizar as atividades em um horário acessível também estiveram presentes nas normas de São José. Contudo, a ausência de restrições de entrada não foi sempre observada nas normas de suas congêneres mineiras e, principalmente, na prática. Além disso, geralmente havia uma cláusula de exclusividade de ocupação de cargos administrativos por crioulos¹⁹.

As principais normas que guiavam a associação e as tomadas de decisão eram definidas por um grupo de oficiais eleito anualmente. A união desses oficiais que ocupavam os cargos formava a Mesa Administrativa, composta por juiz, escrivão, tesoureiro, procurador e doze irmãos. Atendendo à pobreza da agremiação, segundo o próprio Compromisso, foi determinada a existência de dois juizes e duas juizas,

¹⁶ AEAM. Compromisso. Irmandade Escapulário das Mercês de Mariana (1771). Armário 8, prateleira 1.

¹⁷ AEAM. Compromisso. Irmandade de N. S. das Mercês da Freguesia de São Bartolomeu (1807). Armário 8, prateleira 1; AEAM. Compromisso. Irmandade de N. S. das Mercês de São Gonçalo de Rio Abaixo (1782). Armário 8, prateleira 1; AMNSP-SJDR. Compromisso. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de São João del-Rei, 1806; AMNSP-SJDR. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos pretos crioulos incorporada na sua Igreja, que elles edificarão, ornarão, e paramentarão, na Villa de San Jozé... de 1796. Projeto Brasileira USP. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

¹⁸ PRECIOSO, *Terceiros de cor...*, p. 80-81.

¹⁹ AMNSP- SJDR. Compromisso. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de São João del-Rei, 1806; AMNSP- SJDR. Compromisso. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos pretos crioulos incorporada na sua Igreja, que elles edificarão, ornarão, e paramentarão, na Villa de San Jozé... 1796. Projeto Brasileira USP. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/>>. Acesso em: 27 mar. 2017; AEAM. Compromisso. Irmandade de N. S. das Mercês (1782). São Gonçalo do Rio Abaixo. Armário 8, prateleira 1. Cf. PRECIOSO, *Terceiros de cor...*, p. 100-101.

sendo o primeiro nomeado em eleição, presidindo todos os atos da irmandade. Na falta deste, o segundo tomaria posse, e isso também seria válido para as juízas. Nomeavam-se também doze mordomas, escolhendo duas delas para procuradoras das esmolas dos doentes, e elas deveriam ter o cuidado de saber se existiam irmãos enfermos e onde moravam para comunicar ao juiz ou procurador. Também deveriam ser escolhidos dois zeladores e duas zeladoras que cuidariam do recolhimento das esmolas para conservação da confraria, além de dois andadores que deveriam auxiliar os procuradores quando necessário, sendo eleitos pela Mesa. A divisão dos cargos, suas funções, seu número e o valor de suas esmolas eram semelhantes em todas as irmandades, mudando pouco de um caso para o outro²⁰.

As eleições para os cargos eram realizadas na véspera das festividades do dia de Nossa Senhora das Mercês, 24 de setembro, como também estipulavam as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Era necessário que todos os oficiais e o Reverendo Capelão Comissário fossem avisados para estarem presentes nesse dia. O representante de cada cargo elegia três candidatos credores de confiança para exercerem a sua função, e assim seria feita votação. Após terem anotado todos os nomes, os irmãos de mesa se retiravam para serem chamados para votar separadamente, mas os principais oficiais permaneciam no local. O capelão desempataria a eleição, caso necessário. Os ofícios femininos também deveriam ser votados, e o escrivão levava os nomes das irmãs que desejassem ocupar cargos para que os irmãos as escolhessem no mesmo dia. De forma geral, para quem serviu um ano, não seria válido ser eleito no ano seguinte. O resultado da votação era relatado no dia da festividade das Mercês, enquanto a posse dos novos membros ocorria na semana seguinte. Nesse momento os livros de registros eram transferidos e ocorria a “entrega do cofre” para os novos responsáveis. Todas as decisões que envolviam o encontro dos membros diretores ocorriam no consistório ou na sacristia, como bem expressam os próprios termos de reuniões²¹.

O dia da realização da Festa de Nossa Senhora das Mercês representava o grande momento de encontro dos fiéis agremiados em seus templos, que eram construídos pelos próprios irmãos para sua participação ativa na vida religiosa e para o desenvolvimento do culto, das missas e dos rituais. A seguir, nos deteremos à análise do contexto cultural barroco do período, expondo posteriormente algumas questões

²⁰ Para as despesas eram recolhidos pagamentos denominados esmolas, com valor diferenciado para oficiais de Mesa e irmãos em geral. Outra distinção referia-se ao pagamento de entrada (uma oitava) e o feito anualmente (meia oitava). Para exercer o cargo no ano, o juiz pagaria vinte oitavas, o escrivão dez oitavas, o tesoureiro cinco oitavas, cada irmão de mesa três oitavas e o procurador não pagava nada em função dos serviços prestados. A juíza pagaria vinte oitavas, as mordomas e zeladoras três oitavas. Entretanto, no ano de aprovação do Compromisso pela Mesa da Consciência e Ordens foi solicitada a alteração de tais valores por serem considerados excessivos. Com as modificações impostas os pagamentos passariam a ser de dez oitavas para juízes, quatro oitavas para escrivão, duas oitavas para tesoureiro e mordomos. No geral, os valores atribuídos aos cargos e às esmolas não se alteravam tanto de uma irmandade para outra. AEAM. Compromisso. Irmandade Escapulário das Mercês de Mariana (1771). Armário 8, prateleira 1.

²¹ VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Ed. facsimilar da 2ª edição, de 1853. Brasília: Senado Federal, 2007 [1707], p. 305. AEAM. Compromisso. Irmandade Escapulário das Mercês de Mariana (1771). Armário 8, prateleira 1; AEAM. Livro de Entrada. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana (1749-1810). Prateleira “P”, nº 3.

referentes às comemorações do dia das Mercês, às cerimônias fúnebres e ao imaginário sobre a salvação das almas.

A Exteriorização dos Ritos no Contexto Cultural Barroco

Adalgisa Campos²² foi uma das principais historiadoras a abordar os temas da religiosidade, do associativismo leigo e do contexto cultural barroco. Pautada nas contribuições de Affonso Ávila²³, mostrou que muito mais que um estilo artístico entre os séculos XVI e XVIII, o Barroco se tornou uma concepção de mundo e forma de expressão em todos os âmbitos possíveis. Dentre suas principais características estariam a materialização da experiência religiosa, o gosto pelo lúdico, a comunicação acessível, a linguagem persuasória, o apelo à imaginação, o enfoque na escatologia e a ênfase visual. Quanto a esta última, Ávila já ressaltava ser um aspecto comum a todas as manifestações do Barroco nas Minas Setecentistas, “a preocupação do visual, a busca deliberada da sugestão ótica, a necessidade programática de suscitar, a partir do absoluto enlevo dos olhos, o embevecimento arrebatador e total dos sentidos”²⁴.

Muitas dessas características acima, segundo Adalgisa Campos, foram assimiladas do cristianismo medieval e reintegradas em uma nova espiritualidade na Idade Moderna, como também expôs Margareth de Almeida Gonçalves²⁵. Segundo esta autora, uma mudança na religiosidade pôde ser observada com uma gradativa alteração de uma “cultura do sentimento”, em que os fiéis almejavam ser habitados pela divindade, para uma “cultura da ação”, em que o homem passou a se perceber como instrumento de Deus. A religiosidade pós-Trento consolidou uma aliança entre a contemplação mística e uma conduta voltada a atuar no mundo para transformá-lo. Além disso, a preocupação com a morte e o destino das almas também foram as grandes questões do período. Para Michel Vovelle²⁶, um grande cerimonial da morte

²² CAMPOS, Adalgisa Arantes. *A Terceira Devoção do Setecentos Mineiro: o culto a São Miguel e Almas*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994. Cf. CAMPOS, Adalgisa Arantes. “Escatologia, iconografia e práticas funerárias no barroco nas Geraes”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais – Vol. 2: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Companhia do Tempo; Autêntica, 2007.

²³ Affonso Ávila esboçou uma série de estudos sobre o Barroco mineiro, embora precise ser lido com cautela, como ao abordá-lo enquanto um “transplante europeu” ou “estilo oficial da Contra-Reforma”. ÁVILA, Affonso. *Resíduos seiscentistas em Minas – Vol. 1: textos do Século do Ouro e as projeções do mundo Barroco*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1967, p. 8. É importante salientar que o Barroco não foi a arte da Reforma Católica ou do Concílio de Trento. Os impactos causados por ambos influenciaram o desenvolvimento do estilo, embora este último tenha se originado de forma autônoma e independente. A Igreja, que vivia um momento de reavaliação de seu programa e finalidade, utilizou o Barroco como fonte influente nos comportamentos sociais. Não devemos, portanto, buscar a compreensão do Barroco como produto da Reforma Católica, mas compreender a atuação da Igreja associada à cultura barroca. FRANCASTEL, Pierre. “A Contra-Reforma e as Artes na Itália no fim do século XVI”. In: _____. *A realidade Figurativa*. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

²⁴ ÁVILA, *Resíduos seiscentistas...*, p. 85.

²⁵ CAMPOS, “Escatologia, iconografia...”, p. 399; GONÇALVES, Margareth de Almeida. *Império da Fé: andarilhas da alma na época Barroca*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

²⁶ VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

se formava seguido de um conjunto de ritos e obras que assegurassem a redenção dos defuntos.

*A salvação da alma era o maior negócio daqueles tempos. A consciência de si do homem barroco, estimulada pela pastoral tridentina, por pregações e arte edificantes, pelo apoio social dos irmãos de confraria, não endossava a visão dramática do final dos tempos, mas privilegiava o juízo individual, que se manifestaria em autojuízos, os quais atingiriam a feição definitiva no momento exato da morte, com a sentença divina.*²⁷

O imaginário construído acerca do bem morrer e da salvação das almas pôde, então, ser materializado e externalizado na vivência ritual. Durante o período colonial houve uma grande valorização da pompa dos rituais católicos, além dos altos gastos com o sagrado, principalmente quanto aos ritos fúnebres. O Barroco representaria de forma majestosa o esplendor do céu na terra, pois era a expressão máxima da salvação. De acordo com Margareth Gonçalves, um caráter de conflitos e tensões de herança lusa foi moldado através do espírito barroco “que se expressou numa postura existencial tanto melancólica e sepulcral, que exacerbou a angústia do efêmero e o transitório da vida, quanto espetacular, em que a vida era festa e conagração”²⁸. Uma vivência extrema da religiosidade, com plena manifestação exterior dos afetos e emoções, se justificava “além da necessidade de investir o mundo de sentido, a procura de alento para sentimentos mais profundos de medo e apreensão das incertezas”²⁹. É nesse sentido que Fernando De La Flor³⁰ propôs sua análise sobre o período, caracterizando-o por ser uma era melancólica, com ênfase na desvalorização do mundo, na condição de culpa, no pessimismo, na negatividade e na expressão de angústia vivida por toda uma época. No imaginário coletivo, tanto a vida quanto a salvação eterna tornavam-se mais incertas e instáveis. Uma relação dialética entre escuridão e claridade, obscuridade e revelação.

A morte barroca, tanto na Europa como na América portuguesa, também seria representada por seu caráter festivo, sendo reforçada ainda pelas tradições africanas. Segundo Cláudia Rodrigues, era um “momento do espetáculo, onde ostentação e contrição caminhavam no mesmo passo, sendo por vezes acrescidas da ‘algazarra dos negros’, em uma simbiose entre o sagrado e o profano”³¹. Os escravos africanos ressignificavam suas tradições e se apropriavam do sistema simbólico dominante, juntamente ao barroco e sua expressividade. As formas de expressar suas crenças e construir seus rituais eram também caracterizadas pela estética barroca, que foi sendo construída não apenas nas artes, mas em todos os âmbitos de uma cultura. A

²⁷ CAMPOS, “Escatologia, iconografia...”, p. 391.

²⁸ GONÇALVES, *Império da Fé...*, p. 29.

²⁹ GONÇALVES, *Império da Fé...*, p. 51.

³⁰ DE LA FLOR, Fernando Rodriguez. *Era melancólica: figuras del imaginario barroco*. Barcelona: José J. de Olañeta; Universitat de les Illes Balears, 2007.

³¹ RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres na Corte*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997, p. 220.

experiência religiosa ganhava forma visível através dos ritos, da iconografia, das letras, da música, das festas e tantas outras possibilidades. Como apontou Célia Borges, inúmeros elementos possibilitavam a reordenação cultural entre os diversos grupos que interagiam no meio confrarial mineiro, como as dramatizações e encenações produzidas pelas irmandades, os cultos, o ritual em torno da morte, os poderes simbólicos da imaginária barroca e ainda o aspecto mágico presente entre promessa-milagre. De forma geral, na sociedade colonial mineira o conteúdo das festas barrocas cristãs era articulado a outras manifestações artísticas pertencentes às mais diversas culturas africanas, o que promovia uma nova simbologia³².

Ao propor um estudo sobre o Barroco somos comumente direcionados a guiar nossos olhares para os fenômenos de controle social e manutenção da ordem por parte da Igreja reformista, do Estado ou dos grupos dominantes ao longo dos séculos XVI ao XVIII, como no clássico estudo de José Antônio Maravall³³. No âmbito religioso, especificamente, o papel das imagens foi sempre muito destacado como uma forma de atingir um maior número de fiéis, haja vista o grande número de iletrados, também consonante aos objetivos tridentinos. A importância dos sermões foi outro ponto ressaltado nesse mesmo sentido, e foi eficiente para os fins catequéticos no além-mar. Entretanto, essa não seria a única abordagem possível. Como bem advertiu Sérgio da Mata³⁴ para as Minas Setecentistas, a cultura e o catolicismo barroco foram, antes de tudo, expressão das concepções e práticas compartilhadas pela população. Embora a Coroa e as autoridades eclesiásticas estivessem presentes de formas variadas, as manifestações artísticas e as festas faziam parte da coletividade em socialização, principalmente no que tange ao meio confrarial. A partir disso, Adalgisa Campos expõe que as análises europeias nem sempre dão conta da vivência no contexto colonial, em que as manifestações artísticas eram encomendadas e feitas principalmente por leigos e para leigos³⁵.

Além da atuação de uma Igreja reformista, as festas, por exemplo, podem ser analisadas a partir da sua organização por parte dos fiéis em suas associações religiosas no ambiente colonial. A manutenção da ordem e a reafirmação das hierarquias faziam parte das agremiações, não sendo relacionadas apenas como uma atitude vista de “cima para baixo”. Como vimos anteriormente, essas festividades não recorriam apenas aos elementos oficiais da doutrina cristã, mesclando aspectos sagrados e profanos, ou ainda elementos de tradições africanas. Assim, as “cerimônias barrocas aconteciam numa rede de significados que se expressavam por

³² BORGES, *Escravos e libertos...*, p. 139.

³³ José Antônio Maravall inovou ao construir sua análise do Barroco para além de um conceito estilístico, e o abordara a partir das influências sociais dos contextos de crise e instabilidade no século XVII na Espanha, como Guerra dos Trinta Anos, pestes, fome, crises demográficas e revoltas. A partir da política, sociedade, economia e religião, estabeleceria o conceito de cultura do barroco para a Espanha, mas consideraria seu desenvolvimento para diferentes países da Europa e também para suas colônias além-mar. Concomitante à crise se desenvolveria o Barroco, enquanto estilo e cultura, posteriormente utilizado como mecanismo de expressão e representação do poder Real e da Igreja. MARAVALL, José Antônio. *A cultura do Barroco: análise de uma estrutura histórica*. Tradução de Silvana Garcia. São Paulo: EDUSP, 1997 [1975].

³⁴ MATA, “Religionswissenschaft e crítica...”, p. 49.

³⁵ CAMPOS, “Escatologia, iconografia...”, p. 398.

meios de alegorias, gestos e imagens e eram tão diversas quanto os grupos étnico-sociais que as realizavam”³⁶.

Segundo Adriana Sampaio Evangelista, a região mineira foi o cenário de inúmeras festividades “conformadas pela estética barroca que recorria ao luxo, aos efeitos cenográficos e à pompa das cerimônias como estratégia de encantamento e de persuasão”³⁷. No geral, a festas eram compostas pelos mesmos elementos e recursos lúdicos conjugados, como o sermão, a missa, a novena, as procissões, a comida, a bebida, a música, os fogos de artifício e tudo que abrihantasse o espetáculo com ostentação visual. Entretanto, elas possuíam também a função de reatualizar os fiéis nos ensinamentos da doutrina cristã, além de reforçar a ordem, as fronteiras e as demarcações hierárquicas. Assim, os altos gastos investidos poderiam ser justificados. A autora analisou em especial as festividades em função da chegada dos comissários das ordens terceiras em Minas, o que direcionou sua pesquisa para o contexto associativo dos fiéis, e não para os rituais de entrada de autoridades eclesiásticas, como bispos, por exemplo.

Da mesma forma, nos dedicaremos agora à análise dos festejos produzidos no meio confrarial mercedário, embora consideremos escassas as fontes documentais que descrevam seus detalhes. Certamente muitas “africanidades” existiam em meio ao culto católico, mas registros sobre elas dificilmente chegam até o historiador. Precisamos também estar cientes de que, distintos dos negros que chegavam aos domínios portugueses da América com suas heranças culturais a serem ressignificadas ao longo do tempo a partir de suas tradições, os crioulos eram introduzidos ao catolicismo assim que nasciam³⁸. Certamente eles também viviam em contato com os traços culturais africanos junto aos familiares e espaços de sociabilidade compartilhados, mas demarcavam certo distanciamento ao se filiarem em uma agremiação específica para nativos.

Celebrar o Sagrado: as Festividades do Dia de Nossa Senhora das Mercês

A festa de Nossa Senhora das Mercês deveria ser sempre realizada no domingo, mesmo acontecendo posteriormente ao dia 24. A Mesa Diretora geralmente se reunia para seu planejamento em julho, encomendando sermão, realizando eleição de pregador e decidindo as despesas, com maior ou menor pompa de acordo com as

³⁶ LEÃO, Ivson Augusto Menezes de S. *et al.* “Relações sócio-culturais barrocas nas irmandades de cor nas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII”. *Mneme – Revista de Humanidades*, Caicó, CERES-UFRN, vol. 5, n. 12, out./ nov. 2004, p. 158.

³⁷ EVANGELISTA, Adriana Sampaio. “Tempo Barroco: as Visitas Pastorais dos Comissários das Ordens Terceiras no século XVIII em Minas Gerais”. *Horizonte*, Belo Horizonte, vol. 9, n. 22, jul./ set. 2011, p. 535.

³⁸ Não desconsideramos, contudo, os estudos que já apontam a presença do catolicismo em terras africanas, o que ocasionava a chegada de muitos escravos traficados que tiveram um contato prévio com o catolicismo. Entretanto, destacamos o caso dos crioulos, indivíduos que nasciam e cresciam em meio à religião considerada oficial no contexto colonial, especificamente do lado de cá do Atlântico. HEYWOOD, Linda. “De português africano: a origem centro-africana das culturas atlânticas crioulas no século XVIII”. In: _____ (org.). *Diáspora negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico (1400-1800)*. Tradução de Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2004.

condições da irmandade na época. De forma geral, as festas dedicadas a Nossa Senhora das Mercês consistiam de missas rezadas ou cantadas, escolhidas de acordo com as possibilidades financeiras do ano, além de novenas, procissões, sermões, música, ladainha, exposição do Santíssimo Sacramento, o hino cristão *Te Deum Laudamus*, e jubileus. Um misto de elementos que produziriam um grande espetáculo cênico, contemplando todos os sentidos. Quanto a isso, reafirmamos a grande importância dos aspectos visuais e sonoros nas cerimônias e festividades. Vale ressaltar que nos jubileus do dia da Senhora das Mercês os membros da associação aproveitavam para se confessarem com seu capelão. Além disso, esse dia também era utilizado para a manutenção do culto e atualização de suas práticas devocionais, caritativas e administrativas, como o pronunciamento do resultado da eleição dos cargos dirigentes, para avaliar a possibilidade do auxílio financeiro à libertação de membros cativos e para registrar a entrada de novos irmãos³⁹.

O termo lançado em ata sobre a deliberação da festa de 15 de agosto de 1812, por exemplo, demonstra a existência de amplos recursos financeiros, pois foi determinada a realização de novena, jubileus, missa cantada solene, sermão com música e procissão no dia das Mercês⁴⁰. A missa solene, diferente da rezada, se apresentava como um concerto sacro com intenção artística, com longa duração e geralmente realizada pelas irmandades em dias especiais, como a festa do padroeiro, Quaresma, Semana Santa e *Corpus Christi*. Já as missas rezadas eram feitas em voz baixa, pois ocorriam simultaneamente a outras, em uma mesma capela, o que impossibilitava uma participação ativa dos irmãos. Elas não eram dialogadas, como nos dias de hoje, sendo realizadas exclusivamente para se ouvir⁴¹. Em períodos de recursos escassos elas eram as mais comuns, pois se comemorava o dia de forma simples, com novena ou procissão, com prioridade para as funções que poderiam ser realizadas pelo capelão sem maiores transtornos de desrespeito aos direitos paroquiais.

No caso das procissões, especificamente, uma maior descrição pôde ser observada apenas no Compromisso da Irmandade das Mercês de São José Del Rei de 1796. Segundo seu capítulo quatorze, o juiz iria à frente de todos e atrás do pátio com vara alçada; o escrivão iria atrás do andor de Nossa Senhora; o tesoureiro levaria a cruz; o procurador e o andador iriam atrás dos primeiros regendo as alas e controlando os irmãos. Todos levariam tochas acesas e a irmandade poderia convidar outra agremiação para participar, se assim desejasse. Provavelmente o capelão iria junto ao juiz ou à frente dele, e possivelmente tal descrição correspondesse à realidade das demais associações⁴².

Em São João Del Rei, a festa dedicada à Virgem das Mercês ocorria em primeiro de janeiro, mas com as sucessivas reformas do Compromisso a data foi alterada para

³⁹ AEAM. Compromisso. Irmandade Escapulário das Mercês (1771). Armário 8, prateleira 1.

⁴⁰ AEAM. Livro de Entrada. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana (1777-1814). Prateleira "P", nº 32.

⁴¹ CAMPOS, Adalgisa Arantes. *As Irmandades de São Miguel e Almas do Purgatório: culto e iconografia no Setecentos mineiro*. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2013.

⁴² AMNSP-SJDR. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos pretos crioulos incorporada na sua Igreja, que elles edificarão, ornarão, e paramentarão, na Villa de San Jozé... de 1796. Projeto Brasiliana USP. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

o dia 24 de setembro. Nessa agremiação celebravam-se também outras invocações, como Nossa Senhora do Parto, Nossa Senhora das Dores, o Glorioso Mártir São Manoel e, após 1829, São Pedro Nolasco. A festa de Nossa Senhora do Parto seria realizada no primeiro domingo após a festa das Mercês, elegendo-se juiz, juíza e irmãos encarregados de sua organização. Estes também precisavam pagar uma quantia de esmola pela ocupação dos cargos, mesmo considerados cargos de devoção exclusivos para a festividade, diferente dos oficiais. De acordo com seu Compromisso, havia uma devoção à Senhora do Parto subsidiária à capela das Mercês, e seus fiéis eram considerados os protetores da festa. Segundo o capítulo dezoito, o mesmo seria válido para as devoções de Nossa Senhora das Dores e do Glorioso Martir São Manoel⁴³.

Como no caso de São João Del Rei, o calendário festivo da Ordem Terceira das Mercês de Baixo da cidade de Ouro Preto também era bem variado.

O calendário festivo da Ordem contemplava, além do dia da padroeira (24 de setembro) e do patriarca da religião, São Pedro Nolasco (31 de janeiro), o dia de Santo Antônio Abade (17 de janeiro), o dia do Mártir São Lourenço (10 de agosto), o dia de Santa Catarina Virgem e Mártir (25 de novembro), a Quarta-Feira de Cinzas e Quinta-Feira de Endoenças. Na quarta-feira seguinte à semana da Quaresma, era realizada uma Procissão de Penitência [...].⁴⁴

Já no caso da Irmandade das Mercês de Mariana, em termo de reunião elaborado em 1807, vimos que nos dias de São Pedro e São Raimundo era comum ao menos a celebração de missas em homenagem aos fundadores da Ordem. No entanto, em termo de 1811 foi possível perceber com maiores detalhes a realização da festa de São Pedro Nolasco no dia de 27 de janeiro, preparada com missa rezada, música e “tudo mais que determinava o costume”. Geralmente alguns irmãos ficavam especificamente encarregados de sua preparação, mas não encontramos documentações que expressem a existência de juizados específicos para este ou outro santo no interior da irmandade. Em um Livro de Termos⁴⁵ de meados do século XIX observamos a existência de “mesários de Nossa Senhora das Mercês e São Pedro Nolasco”, não sabendo, entretanto, se fazia referência a cargos distintos ou se a devoção a São Pedro Nolasco era considerada em conjunto com as Mercês.

A partir do Livro de Receita e Despesas foi possível observar que grandes gastos em diversas contas da irmandade correspondiam às festividades, ao pagamento do capelão e às missas rezadas por ele pelas almas. As obras realizadas também geravam gastos volumosos que eram de responsabilidade dos membros. A dificuldade em arcar com as despesas dos cultos e das festividades constituía uma realidade de muitas associações. Na primeira metade do século XIX, por exemplo, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Mariana considerava-se decadente, tendo pouco

⁴³ AMNSP-SJDR. Compromisso. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de São João del-Rei, 1806.

⁴⁴ PRECIOSO, *Terceiros de cor...*, p. 153.

⁴⁵ AEAM. Livro de Termos. Confraria Senhora das Mercês de Mariana (1838). Armário 8, prateleira 1.

dinheiro para investir em suas festas, e é preciso levar em consideração que para sua realização reuniam-se todas as três irmandades alocadas no templo⁴⁶. De acordo com Julita Scarano⁴⁷, a construção das capelas, sua ornamentação, a confecção de imagens de santos e as festividades acarretavam as maiores despesas das irmandades de homens de cor. Os gastos com os ritos e os cultos, como a música e os sermões, eram de grande importância para essas associações, sendo reduzidos apenas nos anos de construção do templo, pois as obras exigiam mais despesas.

Com isso, constata-se o interesse dos associados no investimento de seus poucos recursos financeiros sempre destinados aos fins religiosos. Em 1817, por exemplo, a Irmandade das Mercês de Mariana registrou a quantia de 164 mil e 225 réis com os gastos de suas festividades, incluindo missas cantadas, procissão, novenas, sermão, jubileus e música. Mais 30 mil e 622 réis foram destinados ao pagamento pelos serviços de seu capelão comissário ao longo de todo o ano. Já em 1818, 6 mil réis foram investidos em missas pelas almas dos membros; 29 mil e 804 réis foram para o pagamento do capelão, do sacristão e do andador; 9 mil e 600 réis para obras no telhado da capela; e todo o restante calculado em 108 mil e 967 réis foram para as festividades. Outras despesas também eram descritas, mas com menor frequência, como hóstias, vinho, cera, utensílios para o culto, azeite, papel, alfinetes, esquifes, pequenos concertos, entre outras coisas.

As missas pelas almas custavam 600 réis cada, geralmente contabilizadas separadamente das missas realizadas em datas festivas e do valor pago aos capelães pelas missas semanais. Com toda certeza eram de suma importância para os membros, sempre presentes nos registros de todos os anos, mesmo que em menor escala em alguns deles⁴⁸. Em suas pesquisas, Marcos Aguiar⁴⁹ demonstrou que em irmandades de homens de cor os gastos com as festas foram muito maiores do que os gastos com as missas pelas almas, pois para eles as festividades seriam consideradas mais importantes, além do fato de que sua ausência poderia ocasionar um afastamento dos membros e a diminuição dos pagamentos. Essa questão, contudo, não tira a importância dos sufrágios, que também geravam ampla despesa para os confrades; e é sobre eles que discutiremos a seguir.

Os Sufrágios e a Economia do Além-Túmulo na Preparação Cotidiana para a Salvação

A assistência nos momentos finais na hora da morte e o auxílio à concessão de alforrias aos membros cativos eram as grandes funções caritativas das irmandades de

⁴⁶ AEAM. Livro de Receitas e Despesas. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana (1816-1855). Prateleira “P”, nº 5; AEAM. Livro de Termos e Eleições. Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1747-1856). Prateleira “P”, nº 27.

⁴⁷ SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

⁴⁸ AEAM. Livro de Receitas e Despesas. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Mariana (1816-1855). Prateleira “P”, nº 5.

⁴⁹ AGUIAR, Marcos Magalhães de. *Vila Rica dos confrades: a sociabilidade confrarial entre negros e mulatos no século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.

homens de cor na América portuguesa. Em Mariana, a Irmandade das Mercês destacou em suas normas o seu interesse em conceder alforrias aos irmãos em cativo. Quando houvesse recurso disponível, o escravo que fosse zeloso por sua agremiação seria ajudado por todos para que se quartasse e conseguisse sua liberdade. Na celebração do dia das Mercês em setembro seriam realizadas as ações de auxílio para a libertação de algum irmão cativo, o dote de casamento de alguma irmã ainda moça e a libertação de algum membro preso na cadeia, não podendo este ter roubado ou matado. Em fins do século XIX, contudo, os irmãos devotos à Senhora das Mercês alegaram que por mais de um século, devido à deficiência e pobreza da irmandade mercedária de Mariana, não fora possível proporcionar a alforria a nenhum de seus membros escravos. Sendo assim, a forma encontrada para solucionar a questão da libertação dos cativos foi através de uma nova associação exclusivamente para esse fim, denominada Associação Marianense Redentora dos Cativos⁵⁰.

Já quanto às ações desempenhadas em função da boa morte, devemos ressaltar que muitos escravos que poderiam ser negligenciados por seus senhores, não recebendo sepultamento e ritos fúnebres adequados, passavam a ter seus direitos assegurados ao se filiarem em uma associação religiosa. Uma boa morte dependia da solidariedade dos vivos, e, diferente do medievo, a caridade no período moderno esteve intimamente envolvida com os recursos financeiros despendidos pelos fiéis. A constituição de uma “economia da salvação” no meio confrarial pode ser observada principalmente por meio dos sufrágios, na quantidade de missas oferecidas a cada irmão morto, no número de pessoas presente nos enterros, nos lugares ocupados no sepultamento e na acumulação de indulgências. Essas alternativas eram conjugadas em função da remição a prazo dos pecados durante a estadia do fiel no purgatório, sendo um investimento cotidiano das confrarias. Por isso Philippe Ariès tê-las-ia caracterizado como instituições da morte⁵¹.

Os sufrágios estipulados pelos membros mercedários de Mariana em função de cada fiel falecido eram constituídos pela realização de doze missas; dez orações do “Padre Nosso”, dez “Ave Marias” e um “Salve Rainha”; além de serem realizadas uma missa no Oitavário dos Finados e dezesseis missas no Oitavário de Nossa Senhora das Mercês. As missas pela alma do devoto morto estavam previstas para o período da manhã, prioritariamente às nove horas, em todos os domingos e dias santos⁵².

⁵⁰ AEAM. Compromisso. Irmandade Escapulário das Mercês de Mariana (1771). Armário 8, prateleira 1; AEAM. Estatuto da Associação Marianense Redemptora dos Cativos (1885). Prateleira “Q”, nº 6; AEAM. Acta da sessão ordinária da Associação Mariannense Redemptora dos Cativos de Mariana (1886). Prateleira “Q”, nº 6. Cf. MULVEY, Patrícia A. *The black lay brotherhoods of Colonial Brazil: a History*. Tese (Doutorado em História). City University of New York. Nova York, 1976.

⁵¹ ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte – Vol. 1*. Tradução de Luiza Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989. VOVELLE, Michel. *As Almas do Purgatório, ou, o trabalho de luto*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010. BOSSY, *A cristandade no Ocidente...*, p. 170.

⁵² Tais questões também são orientadas pelas Constituições Primeiras. VIDE, *Constituições primeiras...*, Livro Segundo, Títulos I ao XV, p. 1-155.

*Tem esta santa Irmandade por obrigação mandar dizer por cada irmão ou irmã que falecer doze missas, as quais serão ditas pelo nosso Reverendo Padre Capelão Comissário, assim que falecer o tal irmão, para que com toda a brevidade goze sua alma do dito sufrágio, no que cuidará muito o irmão Procurador saber do dito R. do Padre se estão ditas as missas e pedir-lhe certidão delas para apresentar em Mesa e lançar-se no livro das despesas a que tocar, ou ser passada a dita certidão no livro dos recibos da dita irmandade.*⁵³

Essas missas pelas almas deveriam ser ditas com a maior brevidade possível, pois, como explicou Cláudia Rodrigues, os sufrágios “[...] serviriam não para a salvação, mas para sufragar penas purgatórias, fosse por meio da sua mitigação ou da liberação mais rápida delas. Tais práticas obtinham a absolvição dos pecados, diminuían a provação e afastavam, portanto, da condenação”⁵⁴. Era uma preparação cotidiana e em longo prazo para a salvação. Caso houvesse muitos irmãos falecidos em um curto período de tempo, as missas seriam repartidas entre outros padres, tendo preferência os que auxiliavam a irmandade.

Os confrades que alcançavam maior destaque no meio confrarial e chegavam a ocupar cargos administrativos, arcando com maiores esmolos, não recebiam, contudo, um tratamento diferenciado quanto aos sufrágios estabelecidos. Semelhantes foram os casos de São Bartolomeu e São João Del Rei. Na primeira localidade todos os membros falecidos receberiam igualmente oito missas em sufrágio, enquanto na segunda fora determinado o total de dez missas, sempre realizadas com a maior brevidade possível. O mesmo ocorria nas duas filiais de Ouro Preto, visto que a irmandade da freguesia de Antônio Dias determinava o número de dezesseis missas para cada membro, enquanto a da freguesia de Nossa Senhora do Pilar definia oito missas para cada associado falecido. De forma geral, os irmãos conduziam ainda o corpo do defunto no esquife da confraria, e durante o caminho rezavam o “Pai Nosso” e a “Ave Maria”. Filhos legítimos de até doze anos e a família do falecido receberiam também o auxílio necessário, como o mesmo benefício à sepultura e esmolos⁵⁵.

De forma distinta, observamos que a Irmandade das Mercês de Itabirito estipulou seis missas para os irmãos que foram juízes e juízas, cinco missas para os que foram escrivães, tesoureiros e procuradores, quatro missas para os irmãos de mesa e duas para demais irmãos. Em São Gonçalo de Rio Abaixo a irmandade mercedária também definiu o número de sufrágios aos irmãos em seu Compromisso de 1782, aprovado pela Mesa da Consciência e Ordens em 1784. Contudo, algumas correções foram feitas ao longo da documentação, mas desconhecemos quem foi responsável pelas alterações. No caso específico dos sufrágios, para cada irmão se diriam quatro

⁵³ AEAM. Compromisso. Irmandade Escapulário das Mercês de Mariana (1771). Armário 8, prateleira 1. Capítulo 17.

⁵⁴ RODRIGUES, *Lugares dos mortos...*, p. 154.

⁵⁵ AEAM. Livro de Compromisso. Irmandade de N. S. das Mercês da Freguesia de São Bartolomeu (1807). Armário 8, prateleira 1; AMNSP-SJDR. Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de São João del-Rei, 1806; PRECIOSO, *Terceiros de cor...*, p. 145.

missas (diminuídas para uma); para os ocupantes de cargo de juiz dez missas (diminuídas para duas); de escrivão, tesoureiro e procurador oito missas (diminuídas para duas); e para cada membro falecido se rezariam ainda dez “Pai Nossos”, dez “Ave Marias” e um “Salve Rainha”⁵⁶.

Já na Irmandade das Mercês de São José Del Rei verificamos uma maior importância em relação à descrição dos sufrágios e dos espaços de sepultamento, com a especificação do local onde o membro ocupante de cada cargo administrativo seria enterrado e a estipulação de quantas missas ele teria direito. O juiz, por exemplo, receberia dez missas e seria enterrado na capela mor, enquanto o escrivão, o tesoureiro e o procurador seriam enterrados acima das grades e receberiam oito missas. Conforme o prestígio do cargo decrescia, observava-se a diminuição da esmola paga pelo membro e número de missas recebidas após sua morte; e, além disso, o local de sepultamento se distanciava dos altares e das imagens dos santos⁵⁷. Em Mariana, todos os irmãos mercedários falecidos teriam o direito à sepultura, sendo enterrados na própria igreja, não devendo pagar nada à Sé. Os oficiais que desempenharam cargos na irmandade teriam o privilégio de ser enterrados mais próximos ao sagrado, ou seja, no espaço da grade da capela-mor para cima. Infelizmente após inúmeras reformas na igreja não podemos mais visualizar as campas numeradas espalhadas pelo chão do templo, como de costume.

Observamos, portanto, a visão que os irmãos tinham da igreja enquanto espaço sagrado, pois estar mais próximo do altar e das imagens dos santos e da Virgem era mais uma garantia de salvação. A preferência pela parte interna do templo foi sempre mais frequente, visto que o adro - a área em torno da capela - era desprotegido, desprestigiado e geralmente obtido gratuitamente, como no caso dos escravos e pessoas pobres nas matrizes. É interessante demarcar que os sepultamentos *ad sanctos* remontam ao século V, quando os antigos cristãos desejavam passar a eternidade descansando próximos aos mártires ali enterrados, o que ajudaria a manter a integridade da sepultura e aumentaria a proteção espiritual. Com os enterramentos dentro das igrejas, vivos e mortos estariam conectados ao compartilharem um mesmo espaço sagrado, e estes últimos seriam sempre lembrados⁵⁸.

⁵⁶ AEAM. Compromisso. Irmandade de N. S. das Mercês de Itabirito (1818-1820). Prateleira “L”, nº 33; AEAM. Compromisso. Irmandade de N. S. das Mercês de São Gonçalo de Rio Abaixo (1782). Armário 8, prateleira 1. A diminuição da quantia de sufrágios foi a realidade da grande maioria das associações leigas, e não apenas das mercedárias. Tendo ocorrido principalmente ao longo do século XIX, vimos que as justificativas eram geralmente relacionadas à ausência de recursos financeiros e aos altos valores cobrados pelas missas. Tal questão não deve, entretanto, ser considerada em função de perda de sentido religioso, pois essas missas continuaram sendo muito importantes no cotidiano das agremiações. Cf. RODRIGUES, Cláudia. “Aspectos teóricos e metodológicos para uma análise do processo de secularização da morte no Rio de Janeiro oitocentista”. In: VIII Encontro Regional de História – ANPUH-RJ: História e Religião. Vassouras: ANPUH-RJ; USS, 1998.

⁵⁷ AMNSP- SJDR. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos pretos crioulos incorporada na sua Igreja, que elles edificarão, ornarão, e paramentarão, na Villa de San Jozé... de 1796. Projeto Brasiliana USP. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

⁵⁸ RODRIGUES, *Lugares dos mortos...*, p. 21. Cf. FURTADO, J. F. “Transitoriedade da vida, eternidade da morte: ritos fúnebres de forros e livres nas Minas setecentistas”. In: JANCSÓ, István & KANTOR, Iris

Considerações Finais

Após a grande aproximação entre a História e a Antropologia, diferentes temas e abordagens de pesquisa alcançaram maior proporção, com destaque para os acontecimentos que antes eram renegados em favor da análise exclusiva das estruturas, e para o papel dos indivíduos como agentes em constantes relações sociais⁵⁹. A partir de estudos mais recentes, com recortes menores que visam o cotidiano das irmandades em suas especificidades, observamos o crescente interesse em sua inserção na história cultural, abordando suas contribuições em análises sociais, religiosas e artísticas. Nesse sentido, a dinâmica das associações leigas nos permite analisar as relações sociais em meio às questões hierárquicas e devocionais, como também compreender a caridade, a religiosidade e as atitudes perante a morte, indo dos grupos sociais para uma análise mais abrangente da sociedade. É preciso buscar, assim, a compreensão dessas associações para além das normas, almejando o entendimento de suas representações do mundo social e das práticas compartilhadas entre seus membros.

As associações religiosas leigas se desenvolveram de forma distinta em diferentes localidades, de acordo com o contexto e as particularidades encontradas. Tal fato nos direcionou a reconhecer o papel ativo dos indivíduos e grupos associados no processo de apropriação e reformulação de um modelo, diferente de uma visão unilateral de “transposição” ou imposição entre dominantes e dominados. Cada grupo social possuía uma irmandade e vários fatores definiam seus membros, sem desconsiderar as possibilidades de interações e de pertencimento a diversas agremiações. Essa divisão social das irmandades já ilustra a concepção dos sujeitos sobre a classificação constituída em sua sociedade. Porém, para além de instituições inseridas em um contexto maior de controle e coações, elas possibilitaram também a constituição de estratégias frente às limitações impostas pela sociedade estamental em que estavam inseridas, como, por exemplo, com a maior participação dos homens de cor que, de certa forma, ganhavam voz e representatividade em um espaço específico. Tais questões são ainda mais relevantes ao pensarmos que muitas delas também se preocupavam que o peso da escravidão não fosse excessivo para seus membros, auxiliando na libertação dos que fossem cativos⁶⁰.

Assim, nossa escolha pela devoção mercedária ocorreu por vários motivos, como pela ausência de pesquisas, por ser a irmandade em Minas que agregava o grupo específico dos crioulos, os indivíduos de ascendência africana nascidos nos domínios portugueses da América, e pelo histórico particular da devoção, que convergia as

(orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa* – Vol. 1. São Paulo: EDUSP; Hucitec, 2001, p. 397-416.

⁵⁹ DAVIS, Natalie Z. “Antropologia e História nos anos 1980”. In: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério F. da (orgs.). *Nova História em perspectiva* – Vol. 1: propostas e desdobramentos. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 330-340.

⁶⁰ Nesse sentido, observamos a possibilidade de unirmos duas abordagens distintas na análise histórica, a perspectiva estruturalista e a fenomenológica, agregando a visão macro das estruturas para a compreensão da sociedade junto aos comportamentos, valores e percepções dos indivíduos. BOURDIEU, Pierre & CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Tradução de Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

temáticas da libertação dos cativos e das almas no purgatório, o que também auxiliou o desenvolvimento das discussões do contexto cultural barroco. A escolha da associação localizada em Mariana, sede do bispado e importante núcleo urbano e minerador, não poderia, entretanto, ter sido mais acertada, visto que a grande maioria das irmandades da cidade não possui mais seus Livros de Compromisso no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese. É importante apontar que o historiador das associações leigas muitas vezes se depara com a ausência de fontes e entre fragmentos documentais com recortes temporais espaçados. Perante esses problemas, recorrer ao método comparativo foi uma solução encontrada para suprir os vazios documentais, analisando diferentes irmandades mercedárias mineiras para melhor compreender o caso específico marianense.

Nossa proposta foi, portanto, uma discussão da instituição e da religiosidade vivenciada a partir das práticas compartilhadas no meio confrarial mercedário, juntamente à exteriorização dos ritos compondo uma cultura do Barroco. Sua organização, suas principais funções e seus rituais foram então algumas de nossas prioridades a serem analisadas, e, por isso, ressaltamos o papel das festividades e dos ritos fúnebres. A preocupação dos fiéis com os sufrágios e a hierarquização dos locais de sepultamento foram questões fundamentais para a compreensão da experiência religiosa, pois objetivamos também a análise das crenças e visões do período em relação à boa morte, ao purgatório e à salvação das almas. As atitudes tomadas durante a vida e a preocupação com seus momentos finais foram marcadas pelo estabelecimento de uma “economia da salvação” ou uma “contabilidade do além”, sendo indispensável um investimento cotidiano de todos os confrades, sempre entrelaçando os ideais de bem viver e bem morrer.



RESUMO

As associações religiosas leigas agregavam, a partir de um grupo, indivíduos que compartilhassem de uma mesma devoção, constituindo uma família confraternal que os amparava materialmente frente às instabilidades, mas também espiritualmente durante a vida e a morte. Com o presente artigo propomos uma aproximação do universo confrarial no período colonial mineiro, abordando uma associação específica, a Irmandade de Nossa Senhora das Mercês localizada na cidade de Mariana. Com uma perspectiva cultural, objetivamos a análise da instituição e da religiosidade vivenciada, entrelaçando a temática das irmandades ao desenvolvimento de uma cultura barroca. Desempenhando obras para o bem viver e o bem morrer, elas tiveram como grande obrigação socorrer os irmãos zelosos que precisassem de auxílio a qualquer instante. A caridade e a preocupação com a libertação dos membros cativos também foram nossos focos de análise, visto que a associação tinha como seu grupo idealizador os chamados “pretos crioulos”, indivíduos de ascendência africana nascidos nos domínios portugueses da América, na condição de escravos ou forros.

Palavras Chave: Associativismo Leigo; Exteriorização dos Ritos; Salvação das Almas.

ABSTRACT

The religious lay associations aggregated, from a group, individuals that shared the same devotion, constituting a family that should support then in a material and spiritual way as well during each member's life and death. On this present article we propose an approximation to the brotherhood's universe at the colonial period of Minas Gerais, approaching on a specific association, the Brotherhood of Our Lady of Mercy located at the town of Mariana. With a cultural perspective, we have as objective the analysis of the institution and the religious on the life experience, merging the brotherhood's theme to the development of a baroque culture. By performing works aiming the quality of life and death, they had as the main duty to help the devoted members that would need help at any moment. The charity and the concerning with release of captive members were as well points of our analysis focus, since the association had as founder group the so called “black creoles”, African ascendancy individuals of the Portuguese domain on America, being slaves or freed individuals.

Keywords: Laymen Associations; Rites Exteriorization; Salvation of Souls.

Artigo recebido em 26 abr. 2017.

Aprovado em 27 jun. 2017.